

A INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Pricila dos Santos¹

Paulo Rogério Santos e Silva²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar quais são as estratégias que auxiliam o processo de ensino aprendizagem de estudantes surdos da Escola Municipal Professora Sumaia Salles Cozac, em Cristalina-GO. Os objetivos específicos definidos foram: apontar o processo histórico de inclusão de alunos com deficiências; compreender a educação dos deficientes auditivos e seu processo histórico; e analisar o caso em foco, a partir dos estudos teóricos realizados. Quanto à metodologia, foi adotada pesquisa exploratória e discursiva. O método de pesquisa utilizado foi bibliográfico-documental e a pesquisa de campo para coleta de dados. A partir desse processo, chegou-se à conclusão que apesar das muitas iniciativas e diversos programas governamentais para promover a inclusão escolar, a realidade dos alunos especiais está muito aquém das maravilhas previstas na legislação. Durante a realização da pesquisa não foi encontrado nenhum intérprete em sala de aula, nenhum professor de Libras e muito menos professores com formação especializada.

Palavras-chave: Educação; Educação de Surdos; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze what are the strategies that help the teaching-learning process of deaf students at Escola Municipal Professora Sumaia Salles Cozac, in - Cristalina-GO. The specific objectives defined were: to point out the historical process of inclusion of students with disabilities; understand the education of the hearing impaired and its historical process; and to analyze the case in focus, from the theoretical studies carried out. As for the methodology, exploratory and discursive research was adopted. The research method used was bibliographic-documentary and field research for data collection. From this process, it was concluded that despite the many initiatives and various government programs to promote school inclusion, the reality of special students is far from the wonders provided for in the legislation.

Keywords: Education; Deaf Education; School inclusion.

¹ Bacharel em Engenharia de Alimentos-PUC, Licenciada em Física- Faculdade ÚNICA, Matemática- FALC. Pós- Graduada em Docência Universitária-UEG e Educação Especial- Faculdade Mozarteum e Graduada em Pedagogia- IFG. E-mail: pricilaengenheiradealimentos@gmail.com

² Mestre em Educação, UFG Orientador Acadêmico. E-mail: ppaulao@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata como a história de educação dos surdos, por meio da inclusão, busca propor mecanismos para trabalhar com esses docentes e capacitar professores e funcionários para atuarem no processo de ensino e nos diversos serviços empregados, para o desenvolvimento desses alunos e a superação das dificuldades dos mesmos, no ensino regular. Diante disso, considera-se a educação inclusiva como base para a inovação através da realização do planejamento.

Um dos maiores desafios na educação, segundo Imbernón (2000) *apud* Martins, (2006, p. 17), é que “A escola regular de uma maneira geral, não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de normalidade.”

Modificações estão acontecendo por meio de leis, e de estudos realizados por profissionais especializados na busca de adequações para que realmente a escola, enquanto formadora de pessoas capacitadas, seja inclusiva, para que o cidadão aprenda conviver e respeitar valores, opiniões e diferenças entre os seres humanos.

Ao se enfrentar este desafio, percebe-se a urgência e a necessidade de nos afastarmos dos velhos paradigmas da educação padronizada e da visão homogênea dos estudantes, que são classificados de acordo com os padrões. Em outras palavras, é necessário quebrar o modelo educacional que segrega e exclui aqueles que não atendem aos padrões estabelecidos pela sociedade. (QUADROS,1997).

Entretanto, têm ocorrido muitos progressos, especialmente na última década, no que se refere à luta para romper com uma "pedagogia da igualdade" em favor de uma "pedagogia da diversidade", reconhecendo que a inclusão na educação é essencial para aumentar a dignidade e assegurar os direitos humanos. (ROCHA, 2009). Neste contexto, este texto defende que a educação para a diversidade a partir de uma perspectiva inclusiva garante acessibilidade, sustentabilidade e, acima de tudo, aprendizagem para todos os estudantes.

O termo "diversidade" é frequentemente usado em muitos sentidos - social, físico, emocional, ambiental e especialmente cultural. Dada sua vastidão e complexidade conceitual, vale ressaltar que neste estudo a diversidade é tratada como a coexistência de diferentes ideias, diferentes pessoas no mesmo espaço, onde o paradigma da heterogeneidade é mais importante

do que o paradigma da homogeneidade. Inclui, portanto, conceitos de educação inclusiva. (MANTOAN, 2006).

Após breve explanação sobre o objeto de estudo, chegou-se à questão problema: Em que medida as estratégias aplicadas nas instituições estudadas são eficientes no que tange à inclusão dos alunos surdos?

O objetivo geral foi assim traçado, analisar quais são as estratégias que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos da Escola Municipal Professora Sumaia Salles Cozac, localizada na Rua 7 de setembro, 1651- Centro, na cidade de Cristalina-GO. Já os objetivos específicos definidos foram: apontar o processo histórico de inclusão de alunos com deficiências e seu processo histórico e analisar o caso a partir dos estudos teóricos realizados.

Quanto à metodologia, adotou-se a pesquisa exploratória e discursiva, dado o propósito de estudo. O método de pesquisa foi o bibliográfico-documentário, uma vez que este método permeia todos os momentos do trabalho científico e é utilizado em todas as pesquisas como base para o material, por exemplo, em livros, artigos científicos, etc. (GIL, 2008). A pesquisa documental teve como objetivo complementar a pesquisa bibliográfica, na medida em que a pesquisa permite que o pesquisador use documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, e contratos de trabalho.

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados por meio de uma abordagem comparativa com o embasamento teórico e, portanto, não foi necessária a utilização de tabelas e gráficos, até porque as observações, as entrevistas e as respostas ao questionário não permitiram a tabulação, mas sim análises. Esses dados foram comparados e analisados em conformidade com a teoria, a fim de verificar se a prática é compatível com as argumentações teóricas e as afirmações obtidas no questionário e as entrevistas dos profissionais envolvidos na pesquisa. (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 70).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO E PREVISÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito a uma boa educação para todos. Isto implica igualdade e valoriza a diversidade étnica, social, cultural, intelectual, física, sensorial e de gênero, assim como a participação e a aprendizagem para todos sem exceção.

A educação inclusiva também é entendida como uma educação destinada aos que entram no espaço escolar, sob a perspectiva da convivência com a diversidade, assim todos os membros da escola teriam mais a ganhar do que a perder, desde que apoiados por recursos físicos e humanos de qualidade, pois, como observa Pacheco (2007): não se trata de colocar "deficientes" em cada turma para reduzir o número de alunos da mesma classe, nem de criar caricaturas de inclusão. Acredita-se que a implementação da educação inclusiva requer profissionais comprometidos com a reforma, a reestruturação e a renovação das estruturas instrucionais.

A educação inclusiva implica uma mudança de mentalidade, que envolve uma mudança nos conceitos educacionais baseada na "normalização das oportunidades de realização individual". (OMOTE, 2004, p. 35). Compreende-se, que isso implica uma mudança nas perspectivas pedagógicas baseadas em abordagens tradicionalistas, verbalistas ou bancárias (FREIRE, 1987) em prol de abordagens que respeitem as diversas diferenças, "reconhecendo nelas a possibilidade de aprendizagem por todos".

A atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/96, foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e do então Ministro da Educação, Paulo Renato, e é baseada no direito universal à "educação para todos" nas escolas comuns. O artigo 59 da LDB estabelece que os sistemas educacionais devem fornecer aos estudantes com necessidades educacionais de currículos, métodos, recursos e organização adequados às suas necessidades. A Lei também prevê, no parágrafo II, a natureza especial da inclusão escolar para aqueles que, por qualquer razão, não atingem o nível exigido para a conclusão da educação básica por causa de uma deficiência, e acelera a educação dos dotados para que eles completem o programa escolar no menor tempo possível.

O artigo 205 da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, uma das mais importantes reformas brasileiras após os anos 1980, estabelece que a educação, como direito de todo ser humano e dever do Estado e da família, deve ser promovida e apoiada em cooperação com a sociedade a fim de assegurar o pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para o exercício da cidadania e para o trabalho. A Seção III do Artigo complementa

as obrigações do Estado na educação, garantindo serviços especializados de educação a pessoas com deficiência, de preferência dentro do sistema escolar regular.

Estas leis que regulamentam a política educacional brasileira são evidências de outras diretrizes que dão direção à educação inclusiva, como o Plano Nacional de Educação, atualmente em estudo e votação no Congresso Nacional. A proposta do novo PNE (2011-2020), chamado PNE II, pode ser descrita como uma política de educação nacional muito importante, que defende escolas democráticas, pluralistas e abertas às diferenças. (BRASIL, 2011, p. 7).

O fato de a inclusão estar inserida na meta 4 do PNE II (2011-2020) destaca a necessidade de iniciativas e investimentos neste tipo de educação, pois a inclusão é um tema recorrente no arcabouço legal brasileiro para a educação. Recentemente, discussões e reflexões sobre o PNE (2011-2020) aconteceram de 28 de fevereiro a 2 de março de 2011, como parte do Terceiro Seminário sobre Educação Brasileira, organizado pelo Centro de Educação e Estudos Sociais da Universidade Nacional de Campinas (Unicamp). Iniciativas como esta reforçam a necessidade de a sociedade civil se reunir para refletir sobre propostas de educação baseadas em princípios democráticos e inclusivos.

2.2 A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E SEU PROCESSO HISTÓRICO

Os principais argumentos que se encontra na história da educação de surdos, na maioria das vezes, foram narrados por ouvintes e não por surdos. Em qualquer que seja a época, a educação de surdos é contada, raríssimas vezes, pelos próprios protagonistas, os surdos. Eles se encontram, pois, em papéis de coadjuvantes de sua própria história. A memória individual é refletida, em parte, por nossa experiência objetiva com o vivido. No entanto, apenas ela não esgota a experiência. As manifestações do inconsciente também geram mecanismos de memória construídos fora da experiência do vivido-compartilhado com outros sujeitos (ROCHA, 2010, p. 32).

O trecho acima revela a grande contribuição de Solange Maria da Rocha para a historiográfica da educação, não só do Brasil. A autora aborda a memória da Educação de Surdos e a historiografia da educação em geral. Segundo ela, a educação de surdos teve início durante o congresso de Milão, em uma conferência internacional de educadores de surdos, em 1880. Em seguida, entre 6 e 11 de setembro de 1880, o congresso declarou que a educação oralista era

superior à língua gestual, aprovando uma resolução que proibia o uso da língua gestual nas escolas.

Desde sua aprovação, as escolas, em todos os países europeus e nos Estados Unidos, mudaram para a utilização terapêutica do discurso sem língua gestual como método de educação para os surdos. As narrativas sobre esse período, encontradas nessa produção, ora são descritas somente como o triunfo do oralismo e a proibição da Língua de Sinais, ora são descritas como distanciadas dos sentidos da educação geral dos anos cinquenta no Brasil (ROCHA, 2010, p. 15).

No Brasil, a história da educação de surdos se iniciou com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje atual Instituto Nacional de Educação de surdos - INES, fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês E. Huet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, os surdos eram educados por linguagem escrita articulada e falada, datilologia e sinais.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pertencente à lei de Diretrizes e Bases, Art. 59º, inciso I, trata dos métodos, técnicas e dos mais diversos recursos para atender às demandas dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, a fim de melhorar as condições para sua inserção no ensino regular, assegurando, seus direitos legislativos. O inciso II, por sua vez, implementa uma terminalidade específica para aqueles alunos que não conseguirem terminar o ensino fundamental em tempo hábil ou determinado devido, as suas necessidades educacionais especiais, mas somente quando o aluno não completar essa carga horária estabelecida.

Já o terceiro inciso, é muito relevante, pois faz referência aos professores do ensino regular que ainda não são especializados para o ensino dos educandos com necessidades educacionais especiais, declarando ainda a extrema importância de sua especialização e capacitação para atuar com a inclusão desses alunos nas salas regulares. Quanto ao inciso IV, esse faz referência à educação especial e à inserção do sujeito com necessidades educacionais especiais. Vejamos ainda o que diz o artigo seguinte da mesma lei:

Art.60º Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo Único: O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Nesse Art.60º, o Poder Público delibera e define que outras instituições de ensino, particulares ou mesmo filantrópicas, podem oferecer à comunidade serviços de educação especial, independente de qual seja a deficiência de seu alunado, além de apoio técnico e financeiro. O Parágrafo Único desse artigo comenta que, apesar de deliberar e indicar as escolas especiais, preferencialmente regulamentadas, como meio para educação dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, a inclusão desses educandos no ensino regular, como o próprio artigo indica, independe do apoio que essas instituições proporcionam aos estudantes.

A inclusão educacional pode se dar por várias vias, entretanto, destaca-se as escolas especiais, com professores e metodologia bilíngue, e as escolas regulares, com salas especiais para atender a surdos cegos, surdos com deficiência física, surdos com deficiência intelectual e, ainda, pessoas emudecidas, aprendendo como primeira língua a Libras e como segunda língua o Português. Também se pode ter a inclusão quando pessoas ouvintes é que se matriculam em escolas de surdos, passando a aprender através da metodologia de ensino para os surdos.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

No presente trabalho foi utilizado o método da pesquisa de campo para coleta de dados. A pesquisa de campo se concentra no estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outras pessoas. É um procedimento reflexivo e crítico, buscando respostas a problemas não resolvidos. Envolve observação, perguntando como se chega aos fatos, adotando uma visão analítica, inferindo estatísticas e, seguindo uma estratégia.

O universo da proposta incluiu os alunos deficientes auditivos que estudam na Escola Municipal Sumaia Cosac. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com questões abertas e do diário de campo. A revisão bibliográfica, envolvendo livros, teses, dissertações, periódicos, revistas e jornais, teve como intuito levantar dados para embasar tópicos referentes ao problema e aos objetivos a serem estudados.

Foi adotado também o guia de observação, que se trata-se: Trata-se de um instrumento de coleta de dados que segue um roteiro estabelecido para coleta informações relevantes para atingir os objetivos propostos. Bechker (1972, p.02), coloca que: “a observação seria uma solução para o estudo de fenômenos complexos e institucionalizados, quando se pretende realizar

análises descritivas. Assim a coleta de dados foi realizada através de observação, notas de campo, questionários, conversas informais e entrevistas.

Este estudo foi realizado em três turmas de ensino fundamental da Escola Municipal Sumaia Cozac, no interior de - Cristalina-GO. Vale destacar que as referidas turmas foram selecionadas pelo fato de terem sido indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, que informou às pesquisadoras que se tratavam das únicas escolas regulares em que havia alunos com deficiência auditiva matriculados. A pesquisa foi realizada entre agosto e novembro de 2021, no período vespertino e com menor frequência no período da manhã, durante as aulas, os alunos do primeiro ao quinto ano com deficiência auditiva, em aulas nas classes regulares e também durante as atividades na sala de recurso multifuncional.

Foi possível também visitar uma conhecida e tradicional instituição da cidade, especializada no atendimento de crianças com algum tipo de deficiência, e graças aos avanços trazidos pela Política Nacional de Inclusão foi verificado que as crianças portadoras de deficiência auditiva não frequentam mais a referida unidade.

Foi entregue aos professores um questionário (Anexo 1) cujas respostas nem sempre foram compatíveis com as opiniões que manifestaram em conversas informais. Isso se deu porque primeiramente se resolveu fornecer o questionário e somente um mês depois da entrega, após todos os professores terem apresentado suas respostas, é que as pesquisadoras retornaram dando início às perguntas em clima de conversa informal, conforme a sequência em que haviam devolvido suas respostas e sendo assim, muitos deles não tiveram tempo de recorrer a anotações ou consultar livros e teorias, motivo pelo qual se considerou de maior valia as informações obtidas mediante as conversas informais.

Foi realizada entrevista (Anexo 2) com a psicopedagoga e ainda se observou seu trabalho em sessões na sala de recursos com duração de aproximadamente quarenta minutos para cada aluno durante apenas um dia na semana no período oposto ao que frequentam a sala de aula regular. Os responsáveis por alunos apenas participaram de conversas informais e se recusaram a responder ao questionário.

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados por meio de uma abordagem comparativa com o embasamento teórico. Esses dados foram comparados e analisados de acordo com a teoria, a fim de verificar se a prática é compatível com as argumentações teóricas e as afirmações obtidas no questionário e na entrevista dos profissionais envolvidos na pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. RELATOS DAS OBSERVAÇÕES REALIZADA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Inicialmente, recorreu-se à Secretaria Municipal de Educação que autorizou e encaminhou a pesquisadora diretamente à unidade na qual se concentravam os alunos portadores de deficiência auditiva, o que possibilitou focar a pesquisa exclusivamente sobre as condições oferecidas a esse tipo de clientela. Dessa forma, uma vez localizados e identificado os principais participantes da pesquisa, passou-se a observar e a coletar material para estruturar o trabalho.

Considerou-se extremamente importantes os dados obtidos através das manifestações dos professores em suas conversas informais, ocasião em que acabavam expressando sua real visão acerca da inclusão, e muitas vezes deixavam transparecer seus sentimentos em relação ao assunto por meio de comentários que constantemente soavam como um desabafo.

Realizou-se ainda visitas em sala de aula regular e também acompanhamento de sessões com alunos na sala de recurso. Pode-se afirmar que essa observação constante da rotina escolar e a entrevista com os professores foi o ponto alto da pesquisa de campo. Somente através da comparação entre a teoria e a prática é que foi possível tecer as considerações.

4.2 ENTREVISTA APLICADAS AS PROFESSORAS E PSICOPEDAGOGAS

Ao se analisar os dados é possível constatar que em relação ao alunos inclusos, o número de deficientes auditivos pode ser considerado pequeno. Esta pesquisa possui x professores e professoras envolvidas. Todos os professores x professoras possuem graduação em Pedagogia e sete deles frequentaram o antigo magistério; essas informações foram ratificadas por meio das respostas apresentadas na questão 1 do questionário aplicado.

Em resposta à pergunta número 2, cuja intenção foi verificar qual o suporte pedagógico disponível, o professor A se lamenta, infelizmente não fica ninguém comigo para acompanhar meu aluno em sala de aula e isso atrapalhava muito meu trabalho. Agora já me acostumei, fui encontrando minhas próprias alternativas para contornar a situação, mas acho que eu realmente precisava mesmo de alguém para me ajudar porque o grau de surdez dele é severo!

Assim como os demais, o professor A não possui ajuda ou acompanhamento de outro profissional especializado dentro da sala de aula ou ainda durante o horário das aulas. Os alunos

têm o acompanhamento somente da sala de recurso em período oposto ao horário de aula e apenas uma vez por semana, o que se considera, a partir, das observações feitas como totalmente insuficiente, no entanto, a psicopedagoga, quando questionada a respeito, justificou dizendo que o número de alunos atendidos é muito grande já que ela não trabalha apenas com deficientes auditivos, mas também com alunos portadores de vários outros tipos de deficiências.

Retomando o questionário, os professores deixaram bem claro que se consideram despreparados para lidar com os alunos com necessidades especiais, conforme se evidencia na resposta do professor B à pergunta número 3:

“Eu não recebi nenhum preparo especial para receber esse aluno e também não colocaram nenhuma interprete na minha sala de aula.”

Já o professor D argumenta:

“Por mais que forneçam cursos, todos ficam tratando de legislação e teorias, nenhum orienta realmente como devemos agir na prática em sala de aula e por isso me considero despreparada para lidar com meu aluno especial”.

Em relação à mesma pergunta o professor H explica:

“Eu faço o melhor que posso, mas realmente não me sinto preparado assim como nenhum outro professor poderá dizer que está. Na verdade, nunca estamos preparados para lidar com as diferenças”

Em conversas informais os professores também deixaram transparecer seu descontentamento em relação ao preparo para trabalhar com os alunos de inclusão. Muitos afirmaram que foram aprendendo na prática do dia a dia, e foram encontrando maneiras de interagir e se comunicar com esses alunos. Vale dizer que os professores dos alunos cujo grau de deficiência auditiva é considerado leve disseram que não encontram problemas para trabalharem com os mesmos, pois todos fazem uso de aparelhos auditivos e se comportam como os outros estudantes que ouvem normalmente.

Já o professor D argumenta:

“Utilizam atividades diferenciadas e dedicam um atendimento individualizado para essas crianças.”

Em relação à mesma pergunta o professor H explica:

“Vale dizer que a prática desses professores em sala de aula foi verificada que os alunos com necessidades especiais se encontram dispersos entre os demais e realizam as mesmas atividades que o restante da classe, sendo que em raros momentos recebem atenção especial e na maioria das vezes é apenas uma repreensão ao comportamento agitado e ao desinteresse que normalmente apresentam.”

Com relação à pergunta 4, que se refere ao modo como os professores trabalham com essas crianças especiais em sala de aula, muitos responderam que utilizam atividades diferenciadas e dedicam um atendimento individualizado a elas, no entanto, vale dizer que na observação da prática desses profissionais em sala de aula foi verificado que os alunos inclusive se encontravam dispersos entre os demais e realizavam as mesmas atividades que o restante da classe, sendo que em raros momentos recebiam atenção especial e na maioria das vezes é apenas uma repreensão ao comportamento agitado e ao desinteresse que normalmente apresentam.

Observou-se que inclusive os alunos com grau de deficiência mais grave também interagem com a classe, mas sempre se envolvendo em brincadeiras através de gestos e expressões faciais, sendo que não participam das atividades propostas, limitando-se apenas a realizarem pinturas e observarem as gravuras dos livros. No que diz respeito ao rendimento escolar desses alunos o professor F respondeu em questionário, na pergunta 5:

“Eles vão progredindo aos poucos conforme seu ritmo”

“Mas o mesmo professor em conversa informal afirmou que não sabe mais o que fazer, pois seu aluno especial infelizmente só atrapalha.

o desenvolvimento da classe já que ele não se interessa e tira a atenção dos outros.”

Quanto à pergunta 6 a maioria dos professores apontou a comunicação e o comportamento como as maiores dificuldades ao lidarem com os alunos inclusos conforme se vê na resposta do professor B:

“Acho difícil alfabetizar esse aluno porque ele não ouve claramente e por isso fico pensando a cada dia uma nova maneira de me comunicar com ele. Eu coloco a mão dele na minha garganta para que ele sinta os sons que estou falando e faça a correspondência com a combinação das letras que estou mostrando. Até que tem dado resultado”.

O professor A respondeu à mesma pergunta:

“Eles são muito agitados, a primeira grande dificuldade é prender a atenção deles e geralmente possuem outros problemas associados que acabam dificultando ainda mais a sua concentração. Só com amor e paciência mesmo!”

Para responder à questão número 7 a maioria dos professores recorreu a teorias e defendeu a inclusão tal qual se encontra amparada pelas leis e defendida pelos autores mais conceituados no assunto. As professoras A e a B responderam que:

“Dessa forma, pôde-se observar dificuldades em propor educação inclusiva de qualidade tem trazido muitas dificuldades para os professores que não foram preparados profissionalmente para atuarem com esse público, e de certa forma acabam sendo obrigados e pressionados pelo sistema a dizer que tudo está bem, que seus alunos não dão trabalho, estão progredindo normalmente e que todas as dificuldades vêm sendo superadas. No entanto, apesar de manterem esse discurso diante dos superiores, é ali entre poucos colegas, durante os intervalos, que manifestam seu real descontentamento.”

A educação bilíngue está longe da realidade atual e infelizmente se pode dizer que os alunos com deficiência auditiva vão se desenvolvendo conforme o grau de sua própria deficiência, ou seja, quanto maior o grau da deficiência auditiva, menos ele ouve e menor é o seu rendimento escolar.

Já; aqueles que possuem uma deficiência leve e utilizam aparelhos auditivos são tratados como os demais e se desenvolvem de maneira razoavelmente satisfatória. Assim, com base nessas constatações é possível afirmar que infelizmente as escolas regulares não fornecem aos

alunos inclusos a mesma oportunidade de aprendizagem e sequer a mesma garantia de qualidade no processo ensino-aprendizagem que é fornecida aos indivíduos ouvintes. Isso porque, conforme observações, eles realmente são tratados como os demais quando na verdade mereciam um atendimento direcionado que fosse suficientemente bom para suprir suas necessidades educacionais acima de qualquer tipo de deficiência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho percebeu-se que apesar das muitas iniciativas e de diversos programas governamentais para promover a inclusão escolar, a realidade dos alunos especiais está muito aquém das maravilhas previstas na legislação. Durante a realização da pesquisa não foi encontrado nenhum intérprete em sala de aula, nenhum professor de Libras e muito menos professores com formação especializada. Deparou-se com uma situação bem diferente da garantida pela lei, ou seja, professores despreparados, escolas desprovidas de recursos pedagógicos apropriados e alunos inseridos num meio onde acabam se tornando ponto de referência em razão da sua deficiência.

Ressalta-se que apesar da inclusão se tratar de um problema educacional de responsabilidade do Estado, da escola e de toda uma equipe especializada, encontrou-se professores trabalhando isolados, trancados em sua pobre realidade e tentando resolver a situação à sua maneira. A maioria se comporta como se o aluno com necessidades especiais fosse um problema pessoal, uma responsabilidade única e exclusivamente sua, um verdadeiro ônus. Para melhorar a vida escolar não apenas do aluno que é surdo, mas dos próprios professores, seria viável que todos os professores da rede de ensino fizessem uma capacitação; e aprendessem pelo menos o básico da língua, isso certamente não resolveria todos os problemas encontrados na sala de aula, mas já iria minimizar bastante.

Falta auxílio até mesmo psicológico a esse professor, pois, as conformes observações, a cobrança pelos resultados recai única e exclusivamente sobre ele e talvez por isso mesmo acabe assimilando para si tanta responsabilidade pelos alunos. Vale salientar que talvez falte informação a esses professores, já que não tomam nenhuma atitude, não se mobilizam e não agem de forma alguma para exigir da escola e/ou do Estado o amparo garantido pela lei.

Além disso, conforme as observações realizadas, os alunos com necessidades especiais apresentam outros tipos de carências e, mais uma vez, cabe ao professor acabar com todas as

formas de preconceitos existentes, até mesmo aqueles referentes à aprendizagem, pois é certo que todos os alunos aprendem, sejam eles carentes, portadores de deficiências ou não, cada um aprende em seu tempo e de maneiras diferentes, conforme suas potencialidades e características individuais.

Esse é o tipo de informação difícil de ser completamente aceita pela coletividade de pessoas envolvidas, pois sempre haverá aqueles que preferem focar seu olhar sobre o erro, as falhas e despejar suas culpas e frustrações sobre a deficiência do aluno. Já, o professor dedicado e comprometido empenha todos os seus esforços e se desdobra para que a aprendizagem emotiva e verdadeira ocorra. Mesmo que para isso se limite a agir isoladamente tomando como sua uma responsabilidade que é também da comunidade escolar, da sociedade como um todo e principalmente do Estado.

Diante desse tipo de comportamento que assume para si a responsabilidade pelo sucesso da inclusão, os responsáveis pela sua implementação e viabilidade assumem uma posição confortável de telespectador, sendo que ao final de cada bimestre se mostra presentes apenas para tabular os níveis de notas e auferir valores ao desempenho dos profissionais envolvidos.

Dada a complexidade do problema, deixa-se em aberto a questão para que todo professor, estudante, leigos e todas as demais pessoas que tiverem acesso a esse trabalho possam dar continuidade ao estudo, aprofundando a pesquisa para quem sabe, encontrar novos rumos, novas alternativas para solucionar a questão da inclusão e melhorar de vez a qualidade na educação. Como conclusão, esta pesquisa poderá servir de subsídio para a reflexão, a análise e a revisão de toda a prática escolar de ensino vigente com a elaboração de estratégias para um ensino de qualidade para todos e principalmente para a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

*BIBLIOGRAFIA SOBRE PIAGET*__ Fernando *Becker*; Tania B.I. Marques, Porto Alegre: Faculdade de Educação, _____ Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n. 37, (2008b)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos_et all. (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2006. p. 17-25.

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

OMOTE, S. (org.) **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004a. 211p.

PRODANOV, Clber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2.ª edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de **Educação de Surdos - A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)**. 2009 Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA, Solange Maria da. **Memória e história: a indagação de Esmeralda/** – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.